N° 38

LEITURAS EM PAUTA

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ADI 3.337 ADI 3.329

18 DE JUNHO 2024

#ParaTodosVerem
Texto alternativo disponível

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



ADI 3.337/PE

ADI 3.329/SC

Relator: Ministro GILMAR MENDES

JULGAMENTO VIRTUAL: 14.06 a 21.06.2024

Poder investigatório do Ministério Público: alcance, parâmetros e limites



Discussão sobre a constitucionalidade da dispositivos da Lei Complementar n° 12/1994 do Estado de Pernambuco e da Lei Complementar n° 197/2000 do Estado de Santa Catarina, que atribuem a membro do Ministério Público poder para instaurar procedimento investigatório criminal.

A Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, consciente do seu papel informacional para o desenvolvimento e o aprimoramento dos saberes da Corte, lança o Leituras em Pauta, com o objetivo de sugerir a leitura de títulos relevantes do seu acervo bibliográfico sobre o tema do Processo Destaque que será julgado no Plenário Virtual, do Tribunal. Os interessados na leitura dos documentos que integram o estudo bibliográfico podem solicitar os artigos e capítulos de livros indicados à Biblioteca, por meio do e-mail biblioteca@stf.jus.br.

O estudo bibliográfico foi realizado nas bases de dados assinadas e no banco de dados de gerenciamento de informações da Biblioteca.

Para pesquisar mais documentos sobre o assunto, acesse o CATÁLOGO online da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal por meio de consulta à página (https://www.stf.jus.br), opção Biblioteca / Consultas / Pesquisa ao Acervo. Essa pesquisa possibilita a busca no acervo das doze bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas, da qual o Supremo faz parte, recuperando referências bibliográficas de livros, folhetos, artigos de periódicos, artigos de jornais, entre outros.

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

LACERDA, Alexandre Magno Benites de. A investigação criminal pelo Ministério Público na visão do Supremo Tribunal Federal. In: COSTA, Daniel Castro Gomes da (coord.). **Democracia, justiça e cidadania:** desafios e perspectivas: homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso. Belo Horizonte: Fórum, 2020, v. 2. p. 349-375. Conteúdo: Investigação criminal no Brasil: Conceito, finalidade e destinatários da investigação criminal. Investigação policial: inquérito policial. Investigação extrapolicial: instrumentos investigatórios diversos do inquérito policial. O Ministério Público e a investigação criminal direta - legislação e doutrina: Argumentos contrários à investigação criminal pelo Ministério Público. Argumentos favoráveis à investigação criminal pelo Ministério Público. O Ministério Público e a investigação criminal direta - visão do Supremo Tribunal Federal: Evolução da jurisprudência no Supremo Tribunal Federal sobre o tema. [1246032] SEN CAM CLD STJ TJD **STF 341.234 D383 DJC T2**

LAUS, Victor Luiz dos Santos. Funções institucionais do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, no âmbito da investigação criminal: a necessária complementaridade no exercício das respectivas atribuições. **Revista do Tribunal Regional Federal**: 4. Região, v. 26, n. 89, p. 97-106 2015; **Justiça & Cidadania**, n. 190, p. 40-45, jun. 2016. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/156312. Acesso em: 12 jun. 2024. [1072959] SEN CAM MJU STJ TJD **STF**

MELO, Válber. Poder investigatório do Ministério Público. **Informativo Jurídico Consulex**, Brasília, v. 23, n. 37, p. 8-9, 14 set. 2009. [862445] CAM STJ **STF (DIG)**

MOREIRA, Rômulo de Andrade. Reforma do Código de processo penal: a implementação do sistema acusatório no Brasil: o papel do Ministério Público. **ADV advocacia dinâmica**: informativo, Rio de Janeiro, n. 1, p. 10-7, 4 jan. 2017. [1087522] CAM STJ TJD **STF (DIG)**

MOSSIN, Heráclito Antônio. Poder investigatório do Ministério Público = Power investigative public prosecutors. **Revista Forense**: doutrina, legislação e jurisprudência, v. 106, n. 410, p. 413-426, jul./ago. 2010. Conteúdo: Estudo comparado sobre o tratamento dado ao poder investigatório do Ministério Público no direito da Alemanha, Espanha, França, Itália e Portugal. [893183] SEN CAM STJ TCD TJD TST **STF (DIG)**

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Do poder constitucionalmente imputado de investigação do Ministério Público = Constitutionally power attributed in public prosecution os investigation. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 64, n. 465, p. 79-105, jul. 2016. Conteúdo: O poder de investigação do Ministério Público nos Tribunais Superiores. A teoria dos poderes implícitos. A regulamentação do poder investigatório criminal do Ministério Público. O reconhecimento do poder investigatório do Ministério Público na Lei n° 12.830, de 20 de junho de 2013 -- Uma análise hipotética da (in)constitucionalidade da PEC 37. [1074864] SEN CAM AGU CLD STJ STM TCD TJD TST **STF (DIG)**

PEDROSO, Fernando de Almeida. Poder investigatório do Ministério Público. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 17-21, jul./set. 2009; **Revista Magister**: direito penal e processual penal, Porto Alegre, v. 6, n. 32, p. 30-35, out./nov. 2009. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/119197. Acesso em: 12 jun 2024. [869250] SEN CAM AGU MJU STJ TJD **STF (DIG)**

RANGEL, Paulo. **Investigação criminal direta pelo Ministério Público**: visão crítica. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. 218 p. Conteúdo: Estado constitucional democrático de direito. Os direitos e as garantias fundamentais: a teoria do garantismo penal. Os princípios constitucionais do processo penal relativos à investigação criminal direta do Ministério Público. As funções institucionais penais do Ministério Público na Constituição atual. Poder investigatório do Ministério Público. [1080458] TJD

RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves. O poder investigatório do Ministério Público como instrumento de efetividade do direito fundamental à segurança pública. In: ALMEIDA, Gregório Assagra de (coord.). **Teoria geral do Ministério Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. p. 139-155. [1058741] SEN MJU TJD **STF (DIG)**

SANNINI NETO, Francisco; CABETTE, Eduardo Luiz Santos. Teoria dos poderes implícitos e seu desvirtuamento em favor do poder investigatório do Ministério Público. **Consulex**: revista jurídica, Brasília, v. 17, n. 393, p. 56-58, jun. 2013. [987941] SEN CAM CLD STJ STM TCD TJD TST **STF (DIG)**

SANTOS, André Luiz Nogueira dos; FREIRE, Alexandre. O poder de investigação do Ministério Público na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: MORAES, Alexandre, MENDONÇA, André Luiz de Almeida (coord.). **Democracia e sistema de justiça**: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 93-104. Conteúdo: O Ministério Público e o regime constitucional da investigação criminal. O poder de investigação do Ministério Público e o seu controle parametrizado no RE n° 593.727-RG. [1168567] SEN CAM AGU STJ STM TCD TJD **STF 341.234 D383 DSJ (DIG)**

SILVEIRA, Sebastião Sérgio da; Teotônio, Paulo José Freire. Limites constitucionais do Ministério Público na investigação criminal. In: TEOTÔNIO, Paulo José Freire (coord.). **Direito constitucional em foco**: estudos em homenagem ao magistrado Neyton Fantoni Júnior. Leme, SP : Editoa Imperium, 2022. p. 81-93. Conteúdo: O panorama atual das investigações conduzidas pelo Ministério Público. Poder de investigação do Ministério Público e seus limites. [1234287] TCD

SOUZA, Alexander Araújo de. A função essencial do Ministério Público de coordenar a investigação criminal pré-processual. **Revista do Ministério Público,** Rio de Janeiro, n. 69, p. 17-33, jul./set. 2018. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/102165/eBook_RMP-69-web.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024. [1149985] SEN CAM MJU STJ TJD **STF**

STRECK, Lenio Luiz. A constitucionalidade do poder investigatório do Ministério Público: uma questão de índole paradigmática. In: OLIVEIRA, Sandro Rogério Monteiro de Oliveira;

PASSOS, Jaceguara Dantas da Silva (org.). **Reflexões sobre os 20 anos da Constituição Federal**. Campo Grande (MS): UFMS, 2009. p. 137-176. [999883] MJU

VIEIRA, Guilherme Siqueira. Poder investigatório do Ministério Público: apontamentos sobre a necessidade de regulamentação = Investigative power of prosecutor's office: notes on the need of regulation. **Revista Magister**: direito penal e processual penal, Porto Alegre, v. 12, n. 71, p. 14-32, abr./maio 2016. [1084997] SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

WALTRICK, Emiliano Antunes Motta. O Ministério Público como definidor de políticas criminais e sua interligação com os demais órgãos estatais incumbidos da investigação criminal. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 28, n. 626, p. 6-12, jan. 2016. Disponível em: https://www.editorabonijuris.com.br/revista/revista-bonijuris/626/. Acesso em: 12 jun. 2024. [1058546] STJ TJD TST **STF**

ZANCHET, Dalila Maria. O poder investigatório do Ministério Público Militar à luz do atual posicionamento da suprema corte. **Revista Direito Militar**, Florianópolis, v. 14, n. 89, p. 13-16, maio/jun. 2011. [927526] SEN MJU STJ STM TJD **STF (DIG)**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação – SAE
Coordenadoria de Biblioteca – CBIB
Referência de Circulação

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
Aline Lima Matos
Célia de Sá Marques de Castro
Leiber Cipriano Pinheiro

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Flávia Carvalho Coelho Arlant

DIAGRAMAÇÃO
Leonardo Ramsés Cunha Oliveira

